



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

249
top.

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº 0331919-3 - Vara Única de Orocó

Apelante: ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.

Apelado: Rodrigo Helder Amando

Relator Convocado: Des. Evandro de Magalhães Melo

EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONSÓRCIO. CDC. QUITAÇÃO. RECUSA INDEVIDA DE LIBERAÇÃO DA CARTA DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DÉBITO. ILÍCITO CONFIGURADO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO E DA MULTA COMINATÓRIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Aplicação do CDC aos contratos de consórcio. A recusa na entrega de carta de crédito após a quitação do contrato, fundada em suposta dívida oriunda de outra cota de consórcio não encontra respaldo legal. A retenção indevida de carta de crédito em razão de débito não comprovado, quando adimplente o consorciado, configura dano moral.
2. Considerados o caráter punitivo da indenização e a situação financeira do ofensor, não merece retoque a sentença que a fixou em R\$ 10.000,00 a indenização pelos danos morais.
3. Ausência de comprovação de que o prazo fixado para entrega da carta de crédito seja exíguo.
4. Multa cominatória fixada em patamar razoável, observado o art. 461, §4º, do CPC.
5. Mantida a sentença.
6. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

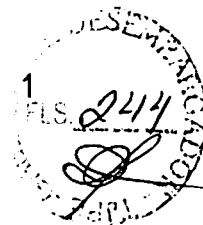
Vistos, relatados e discutidos os autos desta Apelação Cível nº 0331919-3, em que figura como apelante ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda. e como apelado Rodrigo Helder Amando **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 4ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao recurso, na conformidade do relatório e voto, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este aresto.

Recife, 29 de maio de 2014


Des. Evandro de Magalhães Melo
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº 0331919-3 – Vara Única de Orocó

Apelante: ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.

Apelado: Rodrigo Helder Amando

Relator Convocado: Des. Evandro de Magalhães Melo

RELATÓRIO:

Cuida-se de Apelação Cível interposta por ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda. contra sentença da lavra do MM. Juízo de Direito da Vara Única de Orocó, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais com Pedido de Antecipação da Tutela, movida por Rodrigo Helder Amando.

No *decisum*, a Magistrada entendeu que o réu, ora apelante, não tomou as cautelas necessárias ao reter indevidamente o crédito do autor, oriundo do contrato de consórcio firmado entre eles, razão pela qual julgou procedente o pedido inicial, condenando o réu ao pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigida monetariamente e com juros de mora de 1% (um por cento ao mês) da data da citação, bem como condenando o demandado à liberação da carta de crédito no valor de R\$ 25.420,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e vinte reais), corrigido monetariamente a partir da citação. Condenou ainda a parte ré em honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Em suas razões às fls. 146/165, sustentou a apelante, em síntese, que (i) não há irregularidade quanto a não liberação da carta de crédito; (ii) inexistente dever de indenizar em virtude da ausência de comprovação de ocorrência de ato ilícito e de dano; (iii) pleiteou a redução do *quantum* indenizatório, em caso de manutenção da sentença e; (iv) requereu o afastamento ou a redução da multa diária arbitrada para o caso de descumprimento da determinação de entrega da carta de crédito.

Pugna pelo provimento do apelo, para ver reformada a sentença, e, caso mantida a condenação, requer a minoração do *quantum* indenizatório.

Contrarrazões apresentadas às fls. 230/235, aduzindo, em suma, a responsabilidade da apelante pelo dano decorrente do bloqueio indevido do valor da carta de crédito, uma vez que o recorrido não possui qualquer débito com a recorrente. Afirmou que o *quantum* indenizatório fixado pela Magistrada singular foi quantificado considerando o caráter punitivo e desmotivador da condenação. Pugna pela manutenção da sentença em todos os seus termos.

É, em suma, o que importa relatar.

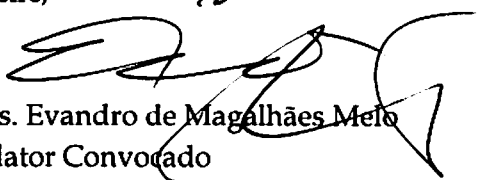


ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves



Dispensada a revisão (art. 551, § 3º, do CPC), inclua-se o feito em pauta de julgamentos.

Recife, 09 de abril de 2014.


Des. Evandro de Magalhães Melo
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

250

Top

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº 0331919-3 – Vara Única de Orocó

Apelante: ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.

Apelado: Rodrigo Helder Amando

Relator Convocado: Des. Evandro de Magalhães Melo

VOTO:

Cuida-se de recurso de apelação interposto em face de sentença de fls. 140/141, exarada em sede de Ação de Indenização por Danos Morais, processada perante a Vara Única da Comarca de Orocó.

A irresignação da apelante repousa no fato de a sentença ter julgado procedente o pedido inicial do apelado, vez que o juízo *a quo* entendeu presente a responsabilidade da apelante de indenizar o dano moral oriundo da não liberação da carta de crédito ao autor.

Alega a recorrente que não houve irregularidade na não liberação da carta de crédito, tratando-se de exercício regular de direito. Acrescenta que não há dever de indenizar uma vez que não restou comprovada a ocorrência de ato ilícito e de dano. Pleiteou a redução do *quantum* indenizatório, em caso de manutenção da sentença e requereu o afastamento ou a redução da multa diária arbitrada para o caso de descumprimento da determinação de entrega da carta de crédito.

Pugnou pelo provimento do apelo, para ver reformada a sentença, e, caso mantida a condenação, requer a minoração do *quantum* indenizatório.

Pois bem.

Inicialmente, imperioso reconhecer-se *in casu* relação de consumo regida pelas normas do Código de Defesa do Consumidor. Sendo assim, uma vez que o fato originário é uma prestação de serviços, cabível a inversão do ônus da prova, conforme dispõe o art. 6º, VIII do CDC.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

“Direito civil e do consumidor. Contrato de consórcio para aquisição de veículo. CDC. Incidência. Taxa de administração. Juros remuneratórios embutidos. Abusividade. Aplica-se o CDC aos negócios jurídicos realizados entre as empresas administradoras de consórcios e seus consumidores-consorciados. Precedentes.(...)”. (Resp nº 54.1184/PB, Terceira Turma, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ: 20/11/2006).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

251
Top

Na presente ação, o autor defende que contratou com a requerida um consórcio sob o nº. 50629, Grupo 2032, Cota 174, tendo adimplido regularmente sua parte na avença, e que, ao final dos pagamentos, entrou em contato com a apelante com vistas à liberação da carta de crédito, tendo, na ocasião, sido informado de que haveria um débito em seu nome junto à apelante, o que ensejou a não liberação dos valores.

A recorrente apelou afirmando que a não liberação do crédito ao autor se deu no exercício regular de um direito. Alegou que há previsão, no regulamento do consórcio, de que para liberação do crédito é necessária análise da condição econômica e financeira do consorciado, e que foram constatadas pendências financeiras relativas a outra cota de consórcio, que também seria de titularidade do autor.

Desse modo, a negativa da Administradora de Consórcio apelante em liberar a carta de crédito se funda na suposta existência de débito, relativo a outra cota de consórcio, em nome do autor. Caberia, portanto, à apelante o ônus de provar as suas alegações.

Contudo, a apelante não comprovou sequer a existência de outra cota de titularidade do autor, tampouco seu inadimplemento. Deixou, desse modo, de demonstrar a efetiva existência de outro vínculo contratual e de respectivo débito, supostamente capazes de autorizar a recusa na entrega da carta de crédito ao autor.

Ademais, a cláusula 09 do regulamento do consórcio, apontada pela recorrente para embasar sua conduta, prevê análise de crédito e cadastro por ocasião da adesão ao grupo (fl. 81) e não para liberação do crédito.

Desse modo, não há que se falar em exercício regular do direito de recusar a entrega da carta de crédito em razão de suposto débito oriundo de outro contrato. Isso porque o contrato firmado entre as partes é de adesão, e gera, para o consorciado, a expectativa de que, para a obtenção do crédito, é necessário, tão somente, o adimplemento pontual das prestações.

Assim, a conduta da recorrente, ao negar a liberação do crédito, não se pautou na boa-fé exigida aos contratos de adesão, uma vez que, comprovada a regularidade do consorciado quando da celebração do contrato, e devidamente adimplidas as prestações, não há razão para que sejam interpostos entraves à liberação do crédito.

A apelante acrescenta que, em razão da ausência de ato ilícito e da não comprovação da ocorrência de dano, não há que se falar em indenização.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

252
Top.

Não assiste razão à apelante. Isto porque a responsabilidade civil surge da ocorrência de prejuízo patrimonial ou moral, sendo necessária, para sua configuração, a presença de três requisitos, quais sejam, a conduta, o dano e o nexo de causalidade entre eles. Considerando que o dano moral corresponde a uma ofensa ao patrimônio moral da pessoa, no caso em apreço o dever de indenizar decorre do próprio ato ilícito (*in re ipsa*).

O ilícito corresponde à conduta abusiva da apelante de não liberar o crédito sob o argumento de que haveria débito do autor, que sequer restou comprovado.

Desse modo, a não liberação da carta de crédito causou constrangimentos ao autor, os quais não podem ser entendidos como mero aborrecimento do cotidiano, como pretende a recorrente, já que em virtude de sua conduta, o autor não pôde honrar seus compromissos.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Paraná, em caso semelhante ao ora analisado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE CUMPRIMENTO CONTRATUAL CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. CONTRATO DE ADESÃO A GRUPO DE CONSÓRCIO DE VEÍCULO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. O julgamento antecipado do feito não acarreta cerceamento do direito de defesa da parte, quando as questões debatidas são, preponderantemente, de direito e os fatos encontram-se comprovados pela prova documental encartada aos autos. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. PRELIMINAR AFASTADA A administradora de consórcios é parte legítima para figurar no pólo passivo da lide, porquanto é ela a única responsável por aprovar o cadastro do consorciado e liberar o crédito para aquisição do veículo. CONSORCIADA CONTEMPLADA. CARTA DE CRÉDITO NÃO LIBERADA POR CONSTAR RESTRIÇÕES NO NOME DE SEU CÔNJUGE. ABUSIVIDADE. INTELIGÊNCIA DA NORMAS CONSUMERISTAS, APLICÁVEIS AO CASO. OBRIGAÇÃO DO CONSÓRCIO DE LIBERAR O CRÉDITO. Não obstante haja cláusula contratual no sentido de que dependendo do caso poderia se exigir avalista ou fiador idôneo, a conduta do consórcio no presente caso não se coaduna com o ordenamento jurídico vigente, em especial com as normas consumeristas, uma vez que deveria agir com transparência e boa-fé, exigindo do consorciado a garantia tão logo da celebração do pacto, e não somente após a contemplação, causando entraves para a liberação do crédito. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CABIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM VALOR RAZOÁVEL O dano moral configura uma ofensa ao patrimônio moral da pessoa, passando-se no seu íntimo psíquico, tem-se que sua ocorrência independe de prova, decorrendo, na hipótese em exame, do próprio fato ilícito (in re ipsa). Se o juiz se valeu dos parâmetros recomendados pela doutrina e jurisprudência, há que ser mantido o valor fixado no julgamento de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

253
JP.

primeiro grau, somente se justificando a alteração quando evidenciada a efetiva desproporcionalidade entre o dano sofrido e a indenização arbitrada, o que não ocorre nestes autos. DANOS MATERIAIS. RECIBOS DE TÁXI QUE COMPROVAM AS DESPESAS DA CONSORCIADA, EM VIRTUDE DE NÃO LHE TER SIDO LIBERADO O CRÉDITO A QUE TINHA DIREITO, PARA AQUISIÇÃO DO VEÍCULO, NA DATA APRAZADA. ÔNUS DA PROVA A CARGO DO RÉU. EXEGESE DO ARTIGO 333, INCISO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. O réu não se exime do ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor de ser indenizado pelos danos materiais sofridos, quando não os impugna de forma específica, limitando-se a fazer alegações genéricas, despidas de qualquer suporte probatório. DANOS MATERIAIS POSTERIORES AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. POSSIBILIDADE DE SEREM LIQUIDADOS APÓS A SENTENÇA Os danos materiais sofridos pela autora após a propositura da demanda poderão ser comprovados em liquidação de sentença, ocasião em que o réu terá a oportunidade de impugná-los. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUANTUM FIXADO EM INOBSERVÂNCIA AOS PARÂMETROS LEGAIS (ARTIGO 20, § 3º. DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). READEQUAÇÃO DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS Em se tratando de sentença de mérito de natureza condenatória, os honorários advocatícios devem ser fixados com esteio no artigo 20, § 3º. do Código de Processo Civil, cujo dispositivo faz remissão à observância dos requisitos previstos em suas alíneas a, b e c, quais sejam, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação de serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. A fixação da verba honorária há de ser feita baseada em critérios que guardem a mínima correspondência com a responsabilidade assumida pelo advogado, em quantia razoável que, embora não penalize severamente o vencido, também não seja aviltante ao vencedor, sob pena de violação ao princípio da justa remuneração do trabalho profissional. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL DA ZACARIAS VEÍCULOS LTDA. PROVIDO. RECURSO DE APELAÇÃO DO CONSÓRCIO NACIONAL GM LTDA. DESPROVIDO. RECURSO ADESIVO PROVIDO, EM PARTE. (TJ-PR - AC: 3695769 PR 0369576-9, Relator: Abraham Lincoln Calixto, Data de Julgamento: 11/06/2008, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 7664)

Portanto, caracterizada a ofensa do réu, assinalado está o *danum in re ipsa*, que é presumido, segundo as mais elementares regras da experiência comum.

Nesse sentido, Sérgio Cavalieri Filho leciona:

“Em outras palavras, o dano moral existe *in re ipsa*. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, *ipso facto* está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti* que decorre das regras de experiência comum”. (in Programa de Responsabilidade Civil, 5ª ed., 2ª tiragem, 2004, p. 100).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

254
Top.

Ademais, é evidente a frustração do apelado por não receber a carta de crédito, tendo adimplido regularmente sua contraprestação, ficando à mercê da conduta abusiva da apelante e sendo desrespeitado e constrangido. Demonstrado o sofrimento do apelado, imperiosa a manutenção da condenação do apelante ao pagamento de danos morais.

No que diz respeito ao *quantum* indenizatório, cabe ao julgador, ao apreciar o caso concreto submetido a exame, fazer a entrega da prestação jurisdicional de forma livre e consciente, à luz das provas produzidas. Deve o magistrado, portanto, verificar as condições pessoais e econômicas das partes, as peculiaridades de cada caso, o prejuízo sofrido pela vítima e os demais fatores concorrentes para a configuração do dano.

Sendo assim, a fixação do *quantum* reparatório promana de uma avaliação subjetiva do julgador, que deverá equilibrá-lo em patamar de razoabilidade, a fim de que não haja enriquecimento ilícito.

Isto porque esse tipo de ofensa não pode ser quantificado monetariamente, pois atinge a esfera íntima do indivíduo. Em razão disso, quando se estabelece um valor, não se busca, propriamente, uma reparação, haja vista não ser possível restabelecer a condição anterior, mas uma compensação. Neste aspecto, a quantia arbitrada tem por objetivo levar algum conforto à vítima, para que supere mais facilmente o desgaste experimentado. Objetiva, também, impor ao causador da lesão um desconforto, geralmente de ordem material ou cumulada com outra medida pertinente, para inibir novas práticas lesivas. Em consequência, não deve ser insignificante, tampouco pode servir como causa de enriquecimento indevido.

De mais a mais, o valor da indenização por dano moral não depende apenas da capacidade econômica do agressor, visto que deve, ao mesmo tempo em que agravar o patrimônio deste, proporcionar uma reparação satisfativa ao que sofreu o dano, sem, contudo, convergir para o seu enriquecimento ilícito.

Posto isso, no caso concreto, levando em consideração as questões fáticas, a extensão do prejuízo, bem como a quantificação da conduta ilícita e capacidade econômica do ofensor, entendo que o valor da indenização por danos morais no patamar fixado pelo MM. Juiz sentenciante em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) afigura-se proporcional, servindo à repressão do ilícito.

Pleiteia, ainda, o apelado, em caso de manutenção da sentença, o afastamento ou a redução da multa diária no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), imposta para o caso de descumprimento da determinação de liberação da carta de crédito, no prazo de 05 (cinco) dias.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

255
Top.

A fixação de multa, como cediço, no caso de descumprimento de obrigação de fazer, está prevista no § 4º, do art. 461 do CPC. Trata-se do poder geral de cautela do Juiz para efeito de assegurar o cumprimento efetivo do pronunciamento judicial.

Como bem pontua Nelson Nery Junior: "o objetivo das *astreintes* não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória" (Nery Junior, Nelson; Andrade Nery, Rosa Maria de. Código de Processo Civil Comentado. 10. Ed. Ver, ampl. e atual. até 1º de outubro de 2007. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 673)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR. MULTA DIÁRIA. CABIMENTO. PRECEDENTES. QUESTÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. 1. Nos termos do posicionamento consolidado na jurisprudência de ambas as Turmas componentes da Segunda Seção do STJ, é possível a cominação de multa para garantir a eficácia dos provimentos judiciais que impliquem reconhecimento de obrigações de fazer ou não fazer. Precedentes. 2. Estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, fica o recurso especial obstado pela incidência da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento."! (AgRg no AREsp 14.350/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 24/11/2011) (g.n.).

Quanto ao valor cominado este deve ser condizente com a realidade, não podendo ensejar um enriquecimento ilícito da parte contrária. O parágrafo 6º do art. 461, do CPC, prevê a possibilidade de sua modificação quando irrisória ou excessiva.

No ponto, confira-se trecho do REsp nº 435.083: "O STJ vem reiteradamente reduzindo penalidades desproporcionais, que resultam em enriquecimento sem causa, até alterando o escopo da lide, por vezes: ao invés de o autor perseguir o pronto cumprimento da obrigação, prefere até que não seja cumprida, para que possa, ao longo do tempo, auferir desmedida renda decorrente das 'astreintes'" (4ª Turma Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, unânime, DJ 19.11.2007).

No mesmo sentido, outros são os precedentes:

"PROCESSO CIVIL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ASTREINTES. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA MULTA COM BASE NOS



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

256

top.

CRITÉRIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. PRAZO INICIAL PARA A CONTAGEM DOS JUROS MORATÓRIOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO.- É lícito ao Julgador, a qualquer tempo, modificar o valor e a periodicidade da multa (art. 461, § 4º c/c § 6º, do CPC), conforme se mostre insuficiente ou excessiva. Precedentes.- A ausência da confrontação analítica dos julgados impede o conhecimento do recurso especial pela letra "c" do permissivo constitucional. Recurso especial da ré parcialmente conhecido e provido. Recurso especial adesivo não conhecido" (REsp 1060293/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 18/03/2010) (g.n.).

Na espécie, a referida multa possui caráter inibitório e de penalidade, para o caso de descumprimento, de maneira que o valor fixado pelo magistrado de primeiro grau, R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de descumprimento, fez-se de boa monta e com acerto, servindo tanto à repressão do ilícito como ao conforto do autor.

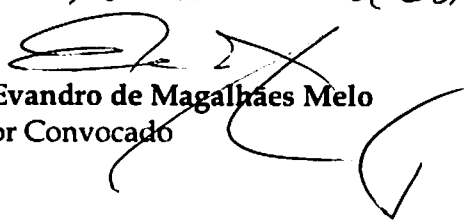
Por fim, não há que se falar em prazo exíguo para liberação da carta de crédito. Isto porque o apelante não traz qualquer prova de que o período de 5 (cinco) dias seja insuficiente para efetuar a entrega da carta de crédito ao apelado.

Ademais, ressalte-se que a simples alegação de que o prazo é insuficiente não é capaz de ensejar sua dilatação. Tenho, portanto, que se trata de prazo razoável para o cumprimento da determinação.

Com essas considerações, nego provimento ao recurso, devendo-se manter inalterada a sentença recorrida.

É como voto.

Recife, 25 de maio de 2014


Des. Evandro de Magalhães Melo
Relator Convocado